

# APÓS UM ANO DE COMPLICADAS NEGOCIAÇÕES

*Economia*

## Brasil ainda assusta sistema financeiro

**Armando Ourique**

**A**principal preocupação imediata dos bancos internacionais, um ano após a moratória do México, em agosto de 82, é que os arranjos financeiros que foram improvisados para lidar com a situação de emergência — que acabou se espalhando para todos os países endividados — não estão funcionando adequadamente no caso do Brasil, o maior devedor de todos.

Existem no momento graves preocupações com o Brasil — diz a especialista em dívida internacional do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, Penelope Hartland-Thunberg. Para ela, a situação prática do Brasil relega a segundo plano qualquer consideração teórica sobre se os arranjos improvisados há 12 meses teriam sido eficazes para absorver o trauma que paralisou o mercado financeiro internacional após a moratória do México.

### O Brasil é a grande questão

Em resumo, as consequências da moratória do México estão sendo definidas agora no Brasil. Dependendo do decreto 2.045 — que reduz o aumento dos salários ao fixá-los em 80% do INPC — passar pelo Congresso, de o FMI aceitar o novo programa econômico e (o que talvez seja mais problemático) de os bancos privados concluirem até dezembro um acordo para o Brasil receber de 9 a 10 bilhões de dólares em novos créditos ainda este ano e em 1984.

Do ponto de vista do sistema financeiro internacional, se estas decisões relacionadas com o Brasil não forem

adotadas no futuro próximo, os remendos internacionais dos últimos 12 meses estarão seriamente comprometidos e a possibilidade de uma grande crise para os bancos e para os próprios países desenvolvidos voltará à proeminência. Mas, ainda do ponto de vista dos bancos e dos EUA, se houver um fracasso agora em manter a solvência brasileira, e subsequentemente de outros países, o desastre para os EUA deverá ser de menores proporções do que se este fracasso tivesse ocorrido há um ano, quando o México declarou moratória.

Dois fatores poderiam amortecer a crise: 1) os bancos estão melhor organizados, conforme já declarou algumas vezes o Secretário do Tesouro, Donald Regan; 2) os Estados Unidos estão agora em crescimento econômico — enquanto estavam em aguda recessão em agosto passado — e é menor a possibilidade de uma crise precipitar uma depressão profunda.

Quais foram os arranjos e remendos improvisados após a moratória do México para conter a crise e que estão agora sendo postos à prova pela situação do Brasil?

Até a crise mexicana, os bancos privados voluntariamente concediam empréstimos aos países endividados, para eles realizarem os pagamentos de juros sobre a dívida acumulada e para financiarem os déficits em conta corrente, de forma a manterem as suas estratégias de desenvolvimento econômico. Com a moratória do México, esses empréstimos voluntários praticamente cessaram para os países da América Latina.

Com a paralisação dos empréstimos voluntários, o que já vinha ameaçando acontecer, mesmo antes da moratória do México, os bancos privados e os governos dos países endividados entraram em negociações para o estabelecimento de um nível mínimo de créditos por um

sistema de quotas. Para concluir esses acordos, os bancos exigiram que os países endividados se submetessem a programas do FMI, com a finalidade de retificarem suas políticas de crescimento, que se tornaram irrealistas com a ausência de crédito externo adequado.

Durante esse processo, o Governo americano e de outros países credores concederam créditos de emergência e modificaram as suas próprias políticas econômicas para reduzir as taxas de juros que incidem sobre os pagamentos da dívida e para aumentar o mercado de importações dos países em desenvolvimento. O presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, declarou várias vezes que suas alterações na política monetária, a partir de agosto, refletiam em grande parte suas preocupações com o problema da dívida internacional.

Nos primeiros meses de 1983, antes da conclusão do acordo com os bancos, o México cessou todos os seus pagamentos ao exterior por três meses e a Argentina chegou a acumular 3 bilhões de dólares em atrasos de pagamentos. Mas, aos poucos, a grande maioria dos países foi superando a fase mais aguda da crise e concluiu acordos com o FMI e os bancos.

### De novo vulnerável

O Brasil, no entanto, foi o único país, entre os mais importantes, que o FMI considerou não estar cumprindo suas condicionalidades (isto em maio passado, dois meses após ter assinado o seu programa econômico). Os bancos, que já não vinham cumprindo os seus acordos de crédito nos projetos 3 e 4 (créditos comerciais e interbancários), suspenderam o desembolso de empréstimos de longo prazo e estão até agora aguardando a conclusão das novas

negociações do Governo brasileiro com o FMI para soltar as parcelas restantes do jumbo de 4,4 bilhões de dólares e iniciarem novas negociações sobre os recursos para 1984.

Agora, em setembro, se o acordo preliminar com o FMI for assinado e o decreto sobre a política salarial estiver por passar no Congresso, o comitê diretor dos bancos credores do Brasil deverá iniciar a fase decisiva para a concessão dos 9 a 10 bilhões de dólares de novos recursos de que o Brasil precisa. Mas, segundo disse um banqueiro ao jornal *Washington Post*, "esta será a missão impossível" de William Rhodes, o vice-presidente do Citibank que negociou com sucesso os acordos do México, da Argentina e de outros países. Os mais de 800 bancos credores do Brasil estão fortemente divididos sobre as próximas negociações com o Brasil. Segundo o *Washington Post*, os bancos menores querem deixar suas posições de credores do Brasil e os grandes bancos temem que o Brasil carece de determinação política para adotar as decisões econômicas necessárias.

Diante desse quadro de nova vulnerabilidade do sistema financeiro internacional, um ano após a moratória do México, a economista Thunberg acha que o FMI agiu mal por ter sempre rejeitado veementemente qualquer sugestão por uma solução mais global e de longo prazo para a crise da dívida internacional. E acha que o Governo americano, sobre o qual ela é muito bem informada, agiu irresponsavelmente por não ter elaborado qualquer plano de contingência para a eventualidade da eclosão de uma situação próxima a uma grande crise financeira mundial.

**Armando Ourique é correspondente do JORNAL DO BRASIL em Washington.**